

mais escura. O debate sobre tal concepção teórica tem sido importante para dar luz a existência de diferenças na forma como negros de pele retinta e os de pele clara sofrem racismo. Contudo, atualmente este debate está centrado na concepção de colorismo cunhada nos Estados Unidos e, embora tanto este quanto o Brasil tenham sido construídos com base na colonização e na escravidão, no período pós-abolição o racismo se estruturou diferentemente nestes países. Enquanto no Brasil havia o mito da democracia racial, nos Estados Unidos o sistema de segregação racial era baseado nas Leis de Jim Crow. Considerando esta diferença, o colorismo nos dois lugares ocorre de maneira semelhante? Neste paper, argumento que precisamos de referenciais teóricos enraizados na nossa história e realidade para plenamente entender como a discriminação com base na cor ocorre. Além disso, argumento que para a construção destes referenciais teóricos precisamos focar na nossa história de resistência. Por isso, resgato o debate sobre raça, cor e racismo feito pelos militantes do movimento negro brasileiro da década de 80. Neste período, o termo “negro” foi oficialmente adotado enquanto os termos “pardo”, “moreno”, “mulato” ou “mestiço” foram rejeitados. Esta ação, enquanto estratégia política, diferenciava os conceitos de raça e cor com o objetivo de denunciar a forma como o mito da democracia racial promovia a opressão do povo negro. Assim, embora o termo “colorismo” não fosse comum, neste período encontramos debates essenciais sobre como a discriminação com base na cor da pele ocorria e as conexões desta discriminação com os conceitos de raça e racismo. Por fim, neste paper ressalto que a importação crítica dos referenciais teóricos sobre o colorismo, aliada com o recente aumento da afro-direita, pode minar conquistas feitas pelo movimento negro da década de 80. Evidenciar os diferentes níveis de racismo sofridos por negros de pele retinta e de pele clara é imprescindível para que possamos radicalizar a luta contra o racismo. Além disso, no cenário onde encontramos “brancos” querendo ser “pardos” para fraudar cotas raciais, é extremamente importante debater como a cor da pele afeta a posição social do indivíduo na sociedade. Contudo, recentemente tem ganhado força a ideia de que “pardos” não são negros entre os “negros contra o movimento negro” e entre o “movimento mestiço”, bem como debates acerca do “negrometro” na comunidade negra. Neste cenário, é ainda mais imprescindível referenciais teóricos sobre racismo e colorismo/raça e cor que considerem o histórico de nossas resistências e as especificidades de nossa realidade.

#### **“O louco só fica bom quando se livra do morto” - Matheus Menezes Marçal (PUCRS)**

No trabalho que apresentarei procuro identificar quais são as reflexões possíveis de serem estabelecidas entre a vida e obra de Arthur Bispo do Rosário com as percepções e potenciais extraídas de sua obra e as políticas da violência que circulam a vidas de intelectuais negros e negras da diáspora. Da trajetória de Bispo do Rosário e as bibliografias disponíveis contemporaneamente, pretendo distinguir temáticas recorrentes e temáticas ocultadas pela crítica, entendendo que a centralidade das discussões em torno da loucura, da mitologia de Rosário e seu taxionomia são formas de invisibilizar a necessidade de discutir as necropolíticas dentro dos campos das artes brasileiras. Entendendo que esse apagamento confere continuidade a um projeto de arte que foge à discussão da formação de uma nação pautada no genocídio de vidas e culturas negras.

Diante de tais problemáticas, tento compreender Arthur Bispo do Rosário como um intelectual negro atingido diretamente pelos mecanismos sociais de exclusão e genocídio, procurando montar uma narrativa de suas obras que permita que pensemos quais foram os desafios, passagens e temporalidades que estiveram presentes na constituição do vasto mundo composto por suas obras.

Como uma forma de tentar estabelecer uma narrativa em torno da vivência de Arthur Bispo do Rosário, recorro a outro intelectual negro, Lima Barreto, e seu texto Diário do Hospício (BARETO, 1993), estabelecendo comparações entre a escrevivência do literato e as possíveis experiências que acompanharam as produções de Arthur Bispo do Rosário. Em comum entre eles, além da vivência de intelectuais negros, destaco a vivência que ambos tiveram em hospícios, instituições utilizadas tradicionalmente como uma forma de controle social marcada pelo racismo anti-negros.

Em um de seus estandartes, o artista escreveu que “Todo louco tem um morto que ele carrega nas costas. O louco só fica bom quando se livra do morto.”, quais são as consequências de carregar a morte consigo? qual potência é possível extrair da vivência marcada pela morte, revertendo seu status possível de anulação dos sujeitos? A partir dessas perguntas e das questões expostas anteriormente, busco extrair da trajetória de Arthur Bispo do Rosário uma série de possibilidades da produção de um devir frente à morte.

## **Apresentação de propostas de texto completo para Publicações Especiais**

### **Publicações Especiais 01. ABPN - (Re) Existência Intelectual Negra e Ancestral: 18 Anos de Enfrentamento**

#### **Discursos étnico-raciais de mestres(as) negros(as): pós-graduação - Marcos Antonio Batista da Silva (Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES))**

O presente trabalho é derivado de tese de doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que analisou discursos étnico-raciais proferidos por mestres/as negros/as, residentes na cidade de São Paulo e região metropolitana. Como objetivo específico pretendeu-se captar, descrever e interpretar discursos referentes ao acesso, permanência, apoios e barreiras enfrentadas, por estes mestres para terminar o mestrado. O estudo fundamentou-se primeiramente na perspectiva teórica de de autores contemporâneos sobre relações étnico-raciais, entendendo raça como uma construção social e um conceito analítico fundamental para a compreensão de desigualdades socioestruturais e simbólicas instituídas e observadas na sociedade brasileira. Segundo, adotamos uma concepção de racismo que integra as dimensões estrutural e simbólica na compreensão da produção e reprodução das desigualdades sociais. No campo metodológico, utilizamos a hermenêutica de profundidade (HP), proposta por Thompson (2011). Assim, trabalhamos com dois enfoques que correspondem a duas unidades de análise: informações do currículo cadastrado na Plataforma Lattes dos entrevistados e falas transcritas em forma de texto dos discursos captados junto aos entrevistados/as. No primeiro enfoque, abordamos as informações constantes do portal do CNPq (Plataforma Lattes), no que se refere à promoção da igualdade racial no âmbito da Ciência na sociedade brasileira. No segundo enfoque, os resultados mostram que esta pesquisa dialoga com as dimensões da exclusão social, proposta por Sawaia (2006), abrangendo as dimensões objetiva, referente à desigualdade social; ética, referente às injustiças sociais; subjetiva, referente ao sofrimento ético-político produzido pela exclusão social. Isto é, se associa ao coro que questiona as desigualdades sociais e colabora com essa luta, mostrando o embate entre as formas “sutis” de manutenção de estruturas excludentes em políticas públicas de inclusão e a potência de resistência dos sujeitos, e indicando que ao mesmo tempo em que tais políticas são fundamentais para a superação de desigualdades, elas só se efetivam pela ação e força dos sujeitos e dos movimentos sociais. Assim, ao ser proposta esta comunicação, no campo da Psicologia Social no Brasil, assinalamos que o papel da pesquisa na elaboração e avaliação de políticas públicas é instrumentalizar os atores sociais, especialmente os aliados de posições vantajosas, para participarem de negociações com o maior acervo de conhecimento possível. Configura-se, assim, um compromisso ético e político, refletir sobre a produção e sustentação de desigualdades educacionais.

#### **Movimentos sociais de esquerda e a negação da correlação raça-classe como pressuposto indispensável para a emancipação da classe trabalhadora**

- Giovanna De Carli Lopes (Universidade Federal da Bahia), Aislan da Silva Araújo (Centro universitario ipa metodista do sul), Vandrielle Soares Moura (UFRGS), Samara Ayres Moraes (UFRGS)

As reivindicações da política identitária negra têm sido encaradas como um ponto específico da agenda universal das organizações de esquerda e não como um ponto chave para a conquista da emancipação da classe trabalhadora. O colonialismo criou e reificou identidades para legitimar o sistema de dominação, fazendo com que a população mundial fosse classificada na lógica de raças, sendo imputado a elas papeis “naturais” na estrutura da sociedade e posteriormente associando essa hierarquização racial à divisão internacional do trabalho de modo a estruturar e reforçar a exploração na lógica capitalista. A invisibilização da pauta racial no contexto da luta de classes é um processo histórico, calcado no colonialismo e no racismo, sendo que atualmente, a inclinação anti-identidade presente na teoria social tem produzindo nos movimentos sociais de esquerda uma minimização das políticas identitárias sob a justificativa do “enfraquecimento” e “divisão” da luta de classes. Contudo, salienta-se que pautar a luta identitária é também pautar a luta de classes, uma vez que esses grupos identitários buscam a sua emancipação dentro da lógica do sistema-mundo capitalista colonial patriarcal. Assim, o objetivo deste artigo é suscitar e fomentar o debate sobre os desafios que a negritude se depara diante da militância em movimentos sociais de esquerda a partir de uma reflexão acerca da negação da correlação raça-classe como pressuposto indispensável para a emancipação da classe trabalhadora. Reflexão essa engendrada com base na experiência de um afastamento coletivo de um movimento social. Mesmo que alguns teóricos acreditem que as novas comunidades forjadas a partir de uma mudança no sistema político-econômico atribuam menor ênfase às raças, não é possível afirmar a extinção da hierarquização racial como ideologia e prática. Pois raça e classe não são categorias de análise isoladas, elas são complementares e indispensáveis para se pensar qualquer projeto emancipatório. Portanto, pautar o desmantelamento da estrutura da divisão do trabalho precisa necessariamente incluir o desmantelamento da hierarquização racial.

#### **O corpo negro e a Saúde Mental: invisibilidade e adoecimento - Juliana do Nascimento Silva (UFF)**

O presente trabalho visa através da narrativa sobre uma experiência de estágio em Psicologia, em um Ambulatório de Saúde Mental no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, integrante do Sistema Único de Saúde (SUS), trazer alguns questionamentos sobre a saúde mental da população negra. E da psicoterapia como ferramenta de ressignificação por meio de uma análise de um caso clínico. Estando o dispositivo de Saúde Mental, em questão, localizado em um território cercado por inúmeras comunidades periféricas, alguns elementos se repetiam